

TRABALHISMO NA PRIMEIRA  
REPÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO  
DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE  
TIPOGRÁFICA DE BELO  
HORIZONTE

DANIELA OLIVEIRA RAMOS DOS PASSOS  
Universidade do Estado de Minas Gerais  
ddanipassos@gmail.com

RENATA GARCIA CAMPOS DUARTE  
Universidade do Estado de Minas Gerais  
renatagcd@yahoo.com.br

## RESUMO

O presente artigo visa explicitar como predominou, entre os trabalhadores da cidade de Belo Horizonte, no início do século XX, a associação e militância em busca de melhores condições de trabalho e vida pela via reformista. Para tanto, focalizamos uma associação em específico, a Associação Beneficente Tipográfica (ABT), que possuía características de uma sociedade mutual. Porém, a referida associação ia além do assistencialismo. Era uma entidade onde os trabalhadores encontravam um meio para exercer a “solidariedade” entre seus membros e conseguiram, frequentemente, representar e defender seus interesses, ao mesmo tempo. Metodologicamente, foram analisados alguns estudos clássicos, no âmbito da História Social do Trabalho, em especial Eric Hobsbawm e E. P. Thompson, a fim de entendermos os fundamentos e teorias relacionados aos termos classe social e associação. Além disso, houve uma análise qualitativa de fontes primárias, sendo elas os periódicos produzidos na cidade de Belo Horizonte no alvorecer do século XX.

**Palavras-chave:** Trabalhadores; Belo Horizonte; Associação Beneficente Tipográfica.

*Recebido em 26 de novembro de 2020.*

*Aprovado em 4 de março de 2021.*

LABOR IN THE FIRST REPUBLIC: A  
CASE STUDY OF THE ASSOCIAÇÃO  
BENEFICENTE TIPOGRÁFICA DE  
BELO HORIZONTE

DANIELA OLIVEIRA RAMOS DOS PASSOS  
Universidade do Estado de Minas Gerais  
ddanipassos@gmail.com

RENATA GARCIA CAMPOS DUARTE  
Universidade do Estado de Minas Gerais  
renataged@yahoo.com.br

## ABSTRACT

This article aims to explain how the association and militancy in search of better working conditions and life through the reformist way prevailed among workers in the city of Belo Horizonte, in the beginning of the 20th century. For this purpose, we will focus on a specific association, the Associação Beneficente Tipográfica (ABT), which had the characteristics of a mutual society. However, the association went beyond assistencialism. It was an entity where workers found a way to exercise “solidarity” among its members and were often able to represent and defend their interests at the same time. For that, some classic studies were analyzed, within the scope of the Social History of Work, especially Eric Hobsbawm and E. P. Thompson, to understand the foundations and theories related to the terms social class and association. In addition, there was a qualitative analysis of primary sources, being the periodicals produced in the city of Belo Horizonte at the dawn of the 20th century.

**Keywords:** Workers; Belo Horizonte; Associação Beneficente Tipográfica.

## INTRODUÇÃO

A mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, cidade nova e planejada, foi decidida pelo Congresso Mineiro em 1893. Sem demora, no ano seguinte, a Comissão Construtora da Nova Capital deu início às obras da futura sede estadual.<sup>1</sup> Em dezembro de 1897, durante o governo de Bias Fortes, a capital estabeleceu-se na então chamada Cidade de Minas (antigo Curral Del-Rei), embora ainda houvesse obras por fazer. Somente com a Lei nº 302, de 01 de julho de 1901, a capital foi oficializada com o nome de Belo Horizonte. O movimento operário na capital mineira surgiu quase ao mesmo tempo em que a cidade era construída, por serem os operários os responsáveis pelas obras de sua construção, quando foi preciso contratar trabalhadores especializados e artífices que se empenharam nas construções da nova cidade que se erguia. Posteriormente, no início do século XX, com a redução das obras de construção, os trabalhadores passaram a exercer atividades em diferentes ramos da economia que se desenvolvia na cidade, como indústria têxtil, metalúrgica, madeireira, cerâmica, alimentos e serviços. (DUARTE; PASSOS, 2017).

Nesse contexto, este artigo visa explicitar como os trabalhadores da cidade de Belo Horizonte, no início do século XX, associavam-se e militavam em busca de melhores condições de vida e trabalho. Para tanto, focalizamos uma associação em específico, a Associação Beneficente Tipográfica (ABT), que possuía características de uma sociedade mutual, atuando na cidade durante as primeiras décadas do século XX.

Tomando como ponto de partida os pressupostos da História Social do Trabalho, propomos apresentar uma crítica fundamentada na leitura e análise acerca da atuação da Associação Beneficente Tipográfica (ABT), no início do século XX, na cidade de Belo Horizonte. Sendo assim, primeiramente, cabe uma breve discussão sobre conceitos como classe e associação. Na sequência, seguiremos apresentando a ABT e sua forma (reformista) no contexto associativo, apontando para algumas especificidades do movimento operário da capital mineira.

## CLASSE E ASSOCIAÇÃO: UMA BREVE REFERÊNCIA TEÓRICA

As experiências de ação coletiva inscritas na história do movimento dos trabalhadores não podem ser tomadas (*a priori*) como experiências de classe, num sentido *lato* do termo. Alguns autores (Hobsbawm, Thompson, Tilly, Skocpol) chamam a atenção justamente para a importância das múltiplas e complexas articulações entre a luta de classes e outros fatores de natureza sociocultural ou institucional, tais como as identidades comunitárias e/ou associativas.

As ações de classe dependem de múltiplos fatores socioculturais e não tanto de interesses essencialistas ou dos determinismos estruturais como pretendeu o marxismo ortodoxo. Por isso, a análise contextualizada das ‘capacidades de classe’ é preferível à visão determinista acerca da ‘consciência de classe’. E o que isto quer dizer? Que as ‘capacidades de classe’ não estão sempre estritamente enraizadas na produção, antes são em geral modeladas por outros fatores, incluindo a persistência das comunidades tradicionais e das identidades culturais pré-

---

1 A Comissão Construtora da Nova Capital foi extinta em 1898, no ano seguinte à inauguração da nova capital. As obras inacabadas da cidade foram assumidas pela Secretaria da Agricultura.

existentes, não se reduzindo, pois, ao desenvolvimento das forças produtivas. (ESTANQUE, 1999).

Neste sentido, é importante também pensarmos o termo associação (que pode ter inúmeros significados) juntamente com o conceito de classe social, para analisarmos o movimento dos trabalhadores. Associação e/ou comunidade pode ser designada como a união de indivíduos que têm algo em comum; ou mesmo um senso de ligação com outras pessoas, de integração e de identificação. A ideia de associação inclui um sentimento muito forte de pertencimento e compromissos mútuos baseados em uma experiência comum e acentuada interdependência. A associação pode, assim, ser caracterizada pela afetividade, ou mesmo pelas relações de solidariedade entre os indivíduos. A interação social é marcante e é mantida através de alguma forma de organização, no sentido de realizar ações conjuntas de interesse comum de todos os seus membros. As associações possuem normas, hábitos e um forte sentimento de solidariedade, onde as maneiras de pensar, sentir e agir são próprias do grupo. Existe um sentimento mais ou menos forte de compartilhamento de uma série de ideias, valores e modo de agir. (PASSOS, 2016)

O estudo do historiador inglês E. P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa* (1987), é um bom exemplo do uso do conceito “associação” para a formação de uma classe social. Mesmo derivando, em larga medida, dos antagonismos estruturados pelas relações produtivas, a classe trabalhadora (analisada por Thompson) apoiou-se fortemente em dinâmicas e formas de ação sediadas noutras esferas da identidade coletiva. Os estudos de Thompson (1987) mostram a enorme diversidade ocupacional e cultural entre os trabalhadores ingleses da época, onde é possível identificar uma gama de conflitos de interesses e estilos de vida os mais distintos entre os diversos grupos de labutadores. Enfatizam, ainda, as distinções, especificidades e diferenças de modo de vida que compunham o quadro contextual dos trabalhadores da época, por exemplo, o que leva Thompson a afirmar que “o termo ‘artesão’ ocultava as grandes diferenças entre as categorias, desde o próspero mestre de ofício, que contratava empregados por sua própria conta independente de outros mestres até trabalhadores obrigados a viverem nos sótãos.” (THOMPSON, 1987, v. II, p. 71).

Ou mesmo ao retratar a imagem londrina da época, em que Thompson toma como referência os estudos de Mayhew em *London Labour and London Poor* (1962):

ao passarmos dos bairros dos trabalhadores qualificados, no extremo oeste, para os bairros dos operários não-qualificados na região leste, de Londres, a mudança em termos morais e intelectuais é tão grande que temos a impressão de estarmos em outro país, entre outra raça. (THOMPSON, 1987, v. II, p. 80).

Mesmo que Thompson, em nenhum momento da sua obra, considere estar tratando empiricamente de sistemas de solidariedade de tipo associativo, acreditamos que o rico material por ele analisado traz à tona este conceito. Mesmo porque, se a mobilização coletiva é necessariamente a expressão de dimensões identitárias, torna-se importante dar atenção ao significado simbólico das práticas sociais para, desta forma, entendermos os interesses culturais, políticos e de identidade que guiam tal ação. Neste sentido, os interesses se manifestarão quase sempre no quadro das identidades sociais. (PASSOS, 2016).

O conceito-chave na obra de Thompson (1981) é o termo “experiência”, em que ele

afirma:

O que descobrimos (...) está num termo que falta: “experiência humana”. (...) homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

Para Thompson, as experiências não são vistas apenas como meras “ideias”, mas “como sentimentos e [os sujeitos] lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (...) na arte ou nas convicções religiosas” (THOMPSON, 1981, p. 189). Valores que, por seu turno, são vividos e “tanto quanto as necessidades materiais, serão sempre um terreno de *contradição*, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos” (*Idem*, p. 194, grifo do autor).

A partir do conceito de experiência, Thompson (2004) desenvolve o conceito de classe trabalhadora, a qual não pode ser tomada como categoria ou estrutura, mas como um fenômeno histórico constituído no âmbito das relações humanas. Desse modo, o entendimento sobre a formação da consciência de classe também não deve ser considerado como definido *a priori*, pois se faz de modos distintos, em diferentes tempos e lugares. Além disso, E. P. Thompson faz críticas às definições de classe interpretadas como categorias prontas e estáticas, por vezes reduzidas a números, em que a teoria precede a evidência histórica sobre a qual deveria teorizar, ou seja, como conceito acabado exclui a observação histórica por meio dos tempos e ignora que, enquanto categoria histórica, a classe se constitui no seu fazer-se. (THOMPSON, 1984).

Nesse ponto, o referido autor analisa a incorporação dessa concepção estática de classe por correntes marxistas, em particular em sua forma leninista, que se fundamenta na vanguarda que “sabe melhor do que a própria classe quais devem ser os verdadeiros interesses (e consciência) desta”<sup>2</sup> (THOMPSON, 1984, p. 35, tradução nossa). A principal questão aqui, para Thompson (2004), é que a consciência de classe não surge como ela de fato é, mas como uma projeção do que ela deveria ser:

“Ela”, a classe operária, é tomada como tendo uma existência real, capaz de ser definida quase matematicamente – uma quantidade de homens que se encontra numa certa proporção com os meios de produção. Uma vez isso assumido, torna-se possível deduzir a consciência de classe que “ela” deveria ter (mas raramente tem), se estivesse adequadamente consciente de sua própria posição e interesses reais. Há uma superestrutura cultural, por onde esse reconhecimento desponta sob formas ineficazes. Essas “defasagens” e distorções culturais constituem um incômodo, de modo que é mais fácil passar para alguma teoria substitutiva: o partido, a seita ou o teórico que desvende a consciência de classe, não como ela é, mas como deveria ser. (THOMPSON, 2004, v. I, p. 10)

De outro modo, Thompson enfrenta a inércia conceitual ao tratar classe como um fenômeno histórico que ocorre nas relações humanas e deve ser formulado enquanto conceito a partir da observação do processo, ao longo do tempo histórico, em que certos padrões e

<sup>2</sup> “(...) sabe mejor que la clase misma cuáles deben ser los verdaderos intereses (y conciencia) de ésta.” (THOMPSON, 1984, p. 35).

regularidades nas ideias, relações e instituições dos homens são encontrados (THOMPSON, 1984):

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (THOMPSON, 2004, v. I, p. 10).

Classe e consciência de classe só são possíveis a partir da luta de classes. Logo, ambas correspondem a estágios posteriores do processo histórico, reforçando que o conceito estático de classe não se sustenta e é derivado do equívoco que “as classes existem, independentemente das relações e lutas históricas, e lutam *porque* existem, ao invés de emergir sua existência da luta<sup>3</sup>” (THOMPSON, 1984, p. 38, grifo do autor, tradução nossa). Ademais, Thompson (2004) afirma que a consciência de classe sempre se manifesta por meio dos tempos e lugares, porém nunca da mesma forma, visto que não é determinada pelas relações de produção.

Outro importante historiador britânico, Eric Hobsbawm, trouxe significativas contribuições para se pensar a História Social do Trabalho, colocando em discussão dentro do pensamento marxista a construção das ideologias e tradições nacionais. Hobsbawm buscou “lançar luzes” às dinâmicas e mediações socioculturais envolvidas nas análises da História Social. Através de seus estudos, o método marxista abriu-se para a incorporação da “subjetividade coletiva”, dando aos seus trabalhos a riqueza e complexidade de crenças e sentimentos populares. A cultura passou a ser um tema importante dentro das suas obras. Ele valoriza a compreensão das mudanças que afetam o cotidiano dos trabalhadores, as formas de sociabilidade e práticas culturais nas fábricas, bairros e cidades operárias.

Podemos dizer que Hobsbawm possuía uma teoria e um método, mas não se tornou escravo deles. Em suas palavras, “a análise de Marx [...] é um guia para a compreensão do mundo, embora a própria teoria marxista, como qualquer teoria, precisa abrir-se ao escrutínio crítico” (HOBSBAWM, 1991 *apud* MARTINS, 2010, p. 66).

No que tange à História Social envolvendo o *Mundos do trabalho* (1987), Hobsbawm define seu objeto de investigação como sendo:

A emergência da classe operária de ‘Andy Capp’ [Zé do Boné] é o tema deste estudo: o proletariado britânico tornou-se identificável não só pelo que usava na cabeça [...], mas também pelo ambiente físico no qual vivia, por um estilo de vida e de lazer, por uma certa consciência de classe cada vez mais expressa numa tendência secular a afiliar-se a sindicatos e a identificar-se com um partido de classe, o Trabalhista. Esta é a classe operária das decisões de campeonato [de futebol], das lanchonetes de peixe e fritas, dos ‘palais de danse’ e do Trabalho com T maiúsculo. (HOBSBAWM, 1987, p. 273)

---

3 “(...) las clases existen, independientemente de relaciones y luchas históricas, y que luchan *porque* existen, en lugar de surgir su existencia de la lucha.” (THOMPSON, 1984, p. 38, grifo do autor).



Assim, os trabalhos de Thompson e Hobsbawm possibilitaram analisar a presença da classe trabalhadora enquanto agente transformadora das sociedades em que surgiu, e nesses casos, certamente, a cultura própria dos trabalhadores tem algo a dizer sobre seu tempo e sua história, sobre a sociedade em que se encontra e sobre si mesma. E isso constituiu um dado extremamente importante que não deve ser desconsiderado.

Por fim, levando-se em consideração essas reflexões, pretende-se estudar os trabalhadores da capital mineira, os quais, a partir das experiências vivenciadas, constituíram-se em associações e buscaram melhores condições de vida e trabalho. A ação desses trabalhadores não se deu sem tensões; contudo, em geral, fez-se mediante diálogos com o governo mineiro. Logo, destaca-se a especificidade da organização classista em Belo Horizonte no seu fazer-se, a qual, diferentemente de outras cidades brasileiras, apresentava características reformistas.

### **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA: MUTUALISMO E RESISTÊNCIA**

As primeiras associações classistas surgidas no país possuíam características de sociedades mutualistas. O mutualismo se caracterizou pela solidariedade exercida entre os membros das associações fundadas para este fim, através de auxílios para os sócios em caso de doenças, incapacitação para o trabalho, desemprego, funeral etc. assim como para zelar pelos interesses da classe. (BATALHA, 2000).

As mutualistas eram associações muito complexas e que sofreram variações conforme o tempo e o lugar, ficando, assim, muito difícil enquadrá-las em categorias “estanques”, ou mesmo fazer avaliações definitivas em sua essência. Em linhas gerais, podemos dizer que um dos objetivos das sociedades mutualistas era propor a arrecadação mensal financeira. A ausência de intervenção na implementação de políticas sociais (inexistência principalmente de uma legislação trabalhista) fez com que muitos trabalhadores (principalmente os de baixa renda) se organizassem em instituições que lhes conferissem alguns socorros mais emergenciais, como doenças, desemprego ou morte. (VISCARDI, 2014, p. 194).

Contudo, o principal significado do mutualismo não era seu fim assistencialista. Ele constituiu um foco importante de solidariedade. Seus sócios eram também atraídos por se identificarem por valores e práticas desenvolvidas naquele espaço. Nas sociedades de socorro mútuo, os trabalhadores encontravam um meio para exercer a “solidariedade” entre seus membros e conseguiram, frequentemente, representar e defender seus interesses, ao mesmo tempo (e sendo a base do mutualismo) em que também se constituíam em espaço de formação e construção de identidades (BATALHA, 2000, p. 15). Portanto, o universo mutualista conseguiu propiciar a junção entre a função mobilizadora, política e sindical e o exercício de proteção social com a estruturação dos “elos de solidariedades”.

Assim, podemos perceber que, além da ajuda mútua entre os seus sócios, as sociedades de socorro mútuo também cumpriam funções sindicais, ao reivindicar melhores condições de trabalho e salários mais dignos. Conviviam em um mesmo contexto sociedades ditas sindicalistas e mutualistas, sendo “fenômenos contemporâneos e não excludentes, ainda que nem sempre seja possível demarcar fronteiras claras entre elas” (BATALHA, 2010, p. 16-17). Na nossa perspectiva teórica, essas associações constituíram-se em organizações em processo de institucionalização, articulando estratégias e táticas expressivas e servindo como

instrumento de facilitação da ação coletiva.

As sociedades mutualistas se configuraram em um cenário urbano marcado por grandes transformações e estavam inseridas em um contexto de mudanças e incertezas, pois a segunda metade do século XIX no país foi caracterizada por um processo contínuo de diversificação da mão de obra, do comércio, das atividades artesanais, manufatureiras e fabris, no ainda contexto da economia agrária e escravista brasileira.

As últimas décadas do século XIX caracterizaram-se especialmente pelas intensas variações dos salários e dos preços dos alimentos, que provocaram instabilidade e crise nas condições de vida e na capacidade de mobilização, não somente dos trabalhadores urbanos, como também dos mais variados segmentos sociais existentes no Império. As modificações ocorridas no mundo do trabalho afetavam escravos, libertos e trabalhadores livres, nacionais e imigrantes, situados em posições distintas na escala de dependência típica do paternalismo escravista, disputando espaços e sendo atingidos em maior ou menor grau pelos efeitos das transformações. (JESUS, 2014, p. 111-112)

O fenômeno mutualista serviu de base para que o “incipiente” movimento dos trabalhadores urbanos enfrentasse as incertezas geradas pelo contexto que caracterizou o fim do período monárquico e o início da República no Brasil.

Utilizando a perspectiva teórica de Charles Tilly (1998, p. 491), o movimento trabalhista ainda não dispunha, naquele momento, de um repertório organizacional da ação coletiva, diferente do mutualismo. Portanto, essa experiência associativa possibilitou a aproximação entre diferentes tipos de movimentos coletivos, ações beneficentes e mobilizações, de caráter organizacional mais moderno, que tinham por meta defender os interesses profissionais e/ou de classe, sem perder o foco das identidades sociais. Dessa forma, os trabalhadores, em espaços e formações históricas específicas, escolheram suas opções, por meio das quais foram construindo leituras, ideias, tradições e valores, que compunham a diversidade política e ideológica dos trabalhadores organizados em fins do século XIX e início do século XX.

Obviamente, o aspecto mais evidente do fenômeno associativo de caráter mutualista era a necessidade de práticas beneficentes contra os riscos sociais que comprometiam as condições dos trabalhadores de baixa renda. No entanto, não podemos deixar de lado ou negligenciar os indícios de que existiam demandas que iam além das ajudas pecuniárias. Havia também o objetivo de defender e conquistar os direitos e interesses dos trabalhadores através dos meios legais de luta, almejando espaços de participação institucional e lutando por melhores condições de trabalho e vida.

Em Belo Horizonte, uma das mais importantes associações classistas surgidas na cidade no início do século XX e que possuía características de uma sociedade mutualista foi a Associação Beneficente Tipográfica (ABT), fundada em 29 de abril de 1900. A entidade era formada exclusivamente por tipógrafos e empregados da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, e tinha como principal característica o mútuo socorro, ou seja, zelava pela ajuda mútua, além da instrução, recreação e educação moral de seus sócios; alegava não ter partido político, religião e filosofia específicos.

Os operários que trabalhavam nas oficinas tipográficas de Belo Horizonte, no início dos anos de 1900, eram, em sua maioria (neste período não passavam de 100 homens), paupérrimos, mal remunerados e mal instalados em pequenas casas situadas na zona suburbana da cidade.



Quando alguns deles adoeciam ou chegavam a óbito, era com a ajuda de colegas (quando este tipo de auxílio era possível) que conseguiam pagar as despesas de tratamento médico ou funeral, por isso a necessidade de fundar uma associação que zelasse pelo bem da classe.

José Maria de Azevedo Júnior, cronista do *Jornal do Povo*<sup>4</sup> em um de seus textos relatou a precária situação dos trabalhadores, na coluna intitulada *Bohemios*:

Dolorosíssimo era aquele quadro que, por muitas vezes repetido, inspirou a fulgurante pena benemérita de Azevedo Junior uma crônica feliz no seu *Jornal do Povo*, concitando os tipógrafos de Belo Horizonte a se congregarem para a formação de uma sociedade beneficente que os socorresse nos momentos adversos.<sup>5</sup>

O noticiário foi de fundamental importância, “denunciando” a real situação de precariedade da classe. Através desse texto jornalístico, as lideranças da classe passaram a se questionar sobre quais eram as tensões e disputas que faziam parte do labor dos tipógrafos naquele momento. Mais do que isso: perguntaram-se quais eram as possíveis aspirações, resistências e lutas que poderiam ser de fundamental importância para pensar a criação de uma associação trabalhista. Assim, a partir da reportagem, alguns líderes se movimentaram, e em abril de 1900, tendo à frente personagens como Alcides Baptista Ferreira, José Alves Pereira, Antônio Augusto das Dores, Francisco Coelho Neto, Francisco Alves Pereira, Francisco Tertuliano, Pedro Alonso Verçosa, Eugenio Velasco e João Ferreira de Andrade, resolveram fundar a Associação Beneficente Tipográfica.

Outro grande nome que também ajudou na fundação da ABT foi o de Abílio Barreto. Barreto trabalhou, quando jovem, como tipógrafo; posteriormente, foi um grande contribuidor das publicações e de outras atividades da ABT. Também escreveu alguns livros sobre a história de Belo Horizonte. Quando era diretor do Arquivo Público Mineiro, em 1935, foi convidado a organizar o Arquivo Geral da Prefeitura de Belo Horizonte, que originou, no ano de 1943, o Museu Histórico de Belo Horizonte. Em 1967, dez anos após a morte de Barreto, o Museu recebeu nova denominação, Museu Histórico Abílio Barreto, em homenagem ao primeiro diretor e idealizador da instituição. (DUARTE, 2009).

Tendo como lema *Faze e confia. Trabalhemos por nós. (Fac et spera. Pro nobis laboremus.)*, em maio de 1900 (mesmo ano da fundação), com a devida autorização do chefe de polícia da época, os tipógrafos conseguiram aprovar o estatuto da Associação. É importante destacar que, desde meados do século XIX, todo grupo de indivíduos que desejasse fundar uma associação para defender seus interesses era obrigado a pedir autorização na delegacia mais próxima do local em que pretendesse instalar sua sede. O chefe de polícia, delegado ou subdelegado responsáveis pela questão tomariam as providências para que o encontro ocorresse dentro da ordem estabelecida. Somente depois de autorizados os estatutos das associações é que as entidades poderiam ser criadas. Quando aprovado, o documento era impresso em uma tipografia no formato de um livreto. Algumas entidades também pagavam para que o estatuto fosse publicado nos principais jornais da cidade, como forma de obter a adesão de novos sócios. (JESUS, 2009, p. 93)

---

4 Na época, a folha fazia parte dos três grandes jornais que circulavam na cidade, junto com o *Minas Gerais* – órgão do governo – e o *Diário de Minas*.

5 MHAB [Museu Histórico Abílio Barreto], Revista Comemorativa do Vigésimo Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1920) – Inventário Geral do Arquivo Privado Abílio Barreto.

No caso de Belo Horizonte, os estatutos foram publicados no jornal *Minas Gerais*. Conforme os estatutos, a ABT tinha como principais finalidades:

1º auxiliar pecuniariamente ao sócio que se enfermar gravemente e ficar impossibilitado de trabalhar; 2º concorrer com auxílios para o enterramento de qualquer sócio efetivo que falecer; 3º trabalhar pelo reerguimento e nivelamento social da classe, pela solidariedade entre seus membros e também pelos seus interesses.<sup>6</sup>

A partir deste trecho dos estatutos, percebemos que o intuito principal da Associação Beneficente Tipográfica era oferecer aos seus membros pensão mensal ao sócio enfermo e auxílio-funeral, além de empréstimos em dinheiro ao associado que tivesse algum membro familiar doente. O objetivo principal da ABT, assim como da maioria das mutuais do país, era o de dar proteção aos seus sócios, já que no período em questão havia uma ausência deste tipo de auxílio.

O Ministério do Trabalho, criado em 1930, foi a instituição responsável por unificar nacionalmente a legislação trabalhista, dando origem, em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Anteriormente, algumas leis foram conquistadas por trabalhadores, todavia isso ocorreu de modo temporalmente disperso e localizado. Para Dutra (1988), “diante da quase ausência de leis trabalhistas e da prática comum de burlar as poucas leis existentes era comum que isso acontecesse com frequência”. (DUTRA, 1988, p. 69)

Contudo, fica claro também que, para além do amparo social / material aos sócios, a ABT pretendia “nivelar” a classe dos tipógrafos, no intuito de conquistar seus “interesses” enquanto classe. Assim, podemos identificar um universo mais amplo nas ações da ABT. Um duplo sentido (ou condicionante) que levava os trabalhadores a se associarem. A busca por melhores condições de labor e vida (como descanso dominical, diminuição da jornada de trabalho, acidentes de trabalhos, entre outras) fazia parte da pauta da ABT. Assim, suas atividades eram bem mais complexas, não ficando puramente restritas ao auxílio mútuo.

Abílio Barreto (1911) mencionou a importância da Associação não somente como fundamental no âmbito da demanda social e o auxílio às moléstias (doença, invalidez, morte), mas como uma instituição também responsável pela identidade, luta e resistência da classe:

Não se diga que a Associação Beneficente Tipográfica veio somente erguer a classe do meio dos infortúnios físicos que a torturavam! Afirmá-lo, seria negar a importância inquestionável que ela exerceu no organismo depauperado da classe, vitalizando-o física e moralmente.<sup>7</sup>

No ano de 1906, o número de associados variava entre 120 e 156 membros. O perfil dos associados exigia que os participantes fossem maiores de 15 anos, que trabalhassem como tipógrafos ou na “arte da tipografia”, não sofressem de doença incurável, além de terem comprovado o bom comportamento social, sendo indicados por sócios e aceitos em assembleia. Nos estatutos não há menção à participação de associados do sexo feminino. As condições para o usufruto dos benefícios era o pagamento em dia da mensalidade, ser membro há mais de seis meses e, em caso de enfermidade, apresentar atestado e laudo da doença. O

---

6 MINAS GERAIS. Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1900.

7 MHAB [Museu Histórico Abílio Barreto], Revista da Associação Beneficente Tipográfica (1911) – Inventário Geral do Arquivo Privado Abílio Barreto.

montante da contribuição variava de acordo com a classificação dos sócios (efetivos, remidos, honorários, beneméritos). No caso dos sócios efetivos, o valor pago poderia ser uma única parcela de 20\$000 (vinte mil réis) para um prazo de quatro meses, ou parcelas de 5\$000 (cinco mil réis) mensais.<sup>8</sup> Há de se destacar que as categorias de sócios honorários e beneméritos valiam pela dignidade, por isso não usufruíam dos benefícios nem se sujeitavam aos mesmos deveres impostos aos sócios efetivos e remidos.

Alguns dos presidentes da Associação, José Alves Pereira, Alcides Baptista Ferreira, Abílio Barreto, Pedro Alonso Verçosa, Joaquim Alves Pereira, entre outros, iniciaram suas carreiras como gráficos, e posteriormente se especializaram em outros ramos, como jornalismo, direito ou mesmo administração. Ser diretor de uma associação de socorro mútuo, nesse período, era um sinal de prestígio social; e à medida que se especializava profissionalmente, o contato dos líderes classistas com o poder público se tornava mais próximo, possivelmente edificando canais institucionais, garantindo, muitas vezes, a obtenção de benesses por parte do Estado. Isso fica claro quando analisamos as representações e práticas direcionadas ao governo do Estado, onde a Associação Beneficente Tipográfica, quando requeria subvenções, quase sempre as conseguia. Entre os pedidos solicitados e concedidos por parte do poder público estava um terreno para a construção de sua sede (20/10/1909, Lei do Congresso nº 39, art. 2º, letra L; e 26/01/1910, doação efetiva dos lotes nº 15, 17 e 18 do quarteirão 17 da 4ª secção urbana) e isenção do pagamento do imposto predial e taxas de água, lixo, esgoto e luz elétrica, referente às repartições públicas (30/09/1911, Lei do Conselho nº 53, art. 8º, parágrafo único)<sup>9</sup>.

Cabe ressaltar que a categoria que a ABT representava era a dos trabalhadores tipógrafos, e esses, pensando no contexto do operariado urbano de início do século XX, eram tidos como uma “elite letrada”, por terem acesso à escrita e à leitura (uma das exigências profissionais). Talvez por isso a associação tenha sido um dos modelos para as demais categorias e sindicatos que estavam também se formando na capital. Vários artistas e pessoas ligados à intelectualidade mineira faziam parte da associação, enquanto sócios-honorários ou beneméritos, logo, muitos não eram tipógrafos (ou iniciaram as suas carreiras na arte da tipografia). Mas isso pode também nos revelar a amplitude que tinha a associação, principalmente tendo ao seu lado artistas e intelectuais renomados. Nesse sentido, a ABT poderia ser tida também como um espaço de sociabilidade dos intelectuais da cidade, onde fundiam e se confundiam com tipógrafos em um espaço alternativo à cultura letrada e, possivelmente, se identificavam com as disputas e tensões da classe na direção de suas conquistas e embates cotidianos por melhores condições de vida, salários, etc. (DUARTE, 2009, p. 04):

[O estado atual da Associação Tipográfica] É o mais animador possível! Já transpôs crises terríveis; instantes procelosos, teve-os na sua existência; mas veio, do passado pequenino e obscuro, crescendo, fecunda em espalhar o Bem, abalando-se umas vezes, vegetando outras, como que se retemperando, quase desaparecendo, mas é, hoje, esta Instituição magnífica, altaneira, irradiando, na Capital mineira, a luz solar da sua influência e do seu prestígio. Conta em seu seio individualidades eminentes no mundo da política, da medicina, advocacia, literatura, ciências e artes, como Wenceslau Braz, Mello Vianna, Abílio Machado, Léon Roussolières, Mario de Lima, Gudesteu Pires, Nelson de Senna, Juscelino Barbosa, Lauro

---

8 MINAS GERAIS. Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1900.

9 MHAB [Museu Histórico Abílio Barreto]. Associações: 1898-1946. Inventário Geral do Arquivo Privado Abílio Barreto.

Jacques, Abílio Barreto, Eduardo Frieiro, Carvalhaes de Paiva e muitos outros; comerciantes, industriais, etc. Contudo, o que sobremaneira a engrandece, é a operosidade, o caráter honesto, o pendor ao trabalho da sua maioria, qualidades estas que a nobilitam, tornando-a um padrão e um exemplo de união e esforço, na fraternidade mineira.<sup>10</sup>

Quanto ao material produzido pela ABT para a devida publicação de seus atos, além de noticiários na imprensa local, a associação também confeccionou algumas obras que registravam um pouco da história da entidade, sendo elas: a *coleção das revistas comemorativas dos aniversários da Associação Beneficente Tipográfica* e o jornal *O Graphico Mineiro*. Ambos (revista e o jornal) trazem em seus exemplares poemas e poesias, crônicas, textos de caráter técnico e científico sobre a arte de imprimir, e variados artigos sobre a Associação (acerca da fundação, sócios, diretorias, balancetes), o movimento dos trabalhadores – tratando da questão de salários, acidentes e diminuição da jornada de trabalho –, as ideologias como socialismo, comunismo, cooperativismo, solidariedade, além de textos abordando a respeito de outras associações fundadas na capital. Ademais, nesse material também podemos encontrar demonstrações de repúdio ou respeito a personalidades da política mineira – muitos dos quais descritos como “amigos” da Associação. Essas aproximações podem ser consideradas estratégias de luta para conquista de algumas garantias ou benefícios, assim como os pedidos concedidos pelo poder público sobre terreno e isenção fiscal acima descritos.

De autoria de um dos fundadores e presidente da associação, Alcides B. Ferreira, o texto *Aos Operários*, mostra um pouco a importância que tinha para a ABT a produção de todo este material de fonte impressa que dizia um pouco da história e da luta da associação em prol dos trabalhadores tipógrafos:

Está cumprida a promessa da Associação Beneficente Tipográfica, de comemorar seu sexto aniversário, publicando uma Revista que preenchesse ao duplo fim – trazer a público o desenvolvimento progressivo da Associação, e ser o início da campanha que, fora do círculo de defesa pessoal e proteção material de seus sócios, tem ela de travar [...]. Que os ensinamentos contidos nas páginas que se seguem, nos aproveitem, e que nos aprestemos para a luta, não nos acovardando diante dos empecilhos que a toda hora nos atalharão, nem nos envaidecendo com as conquistas que formos fazendo dos nossos direitos, até hoje usurpados.<sup>11</sup>

Assim, podemos perceber o quão importante era o papel informativo da ABT para evidenciar as disputas, conflitos, pressões e alianças experimentados pela associação e demonstrar como se deram as relações entre os tipógrafos e a cidade em construção.

A Associação Beneficente Tipográfica foi, portanto, uma entidade que se constituiu em torno de uma categoria profissional que possuía certo nível de coesão e de interesses materiais próprios. Tinha como característica principal o mutualismo, mas atuava, também, por vezes, como uma sociedade que admitia práticas políticas sindicais. Procurava agregar e compartilhar identidades e interesses, reforçando “laços de solidariedade” entre seus membros, além de construir espaços de sociabilidade e lazer para seus integrantes e, acima de tudo, buscava construir uma identidade coletiva baseada na valorização do ofício.

Podemos dizer que, dentro da ABT, havia mais do que uma dimensão mutualista / previdenciária. Para além dos interesses materiais da organização, havia valores culturais

---

10 MHAB [Museu Histórico Abílio Barreto]. *Gráfico Mineiro: Edição Comemorativa do Trigesimo Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1930) – Inventário Geral do Arquivo Privado Abílio Barreto*. p. 33-35.

11 MHAB [Museu Histórico Abílio Barreto]. *Revista Comemorativa do 6º Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1906)*. p. 09-10.

que moldavam a formação de identidades sociais, bem como formas de organização dos trabalhadores cujos aspectos transcendem o mutualismo e que estão presentes nas ações sociais e políticas da associação. Além de fugir das mazelas sociais advindas do excessivo ritmo de trabalho, buscando proteções assistenciais até então inexistentes, os membros da ABT também se reuniam no intuito de zelar por salários e condições de trabalho mais dignas, além de empreender ações para alcançar suas reivindicações, lembrando o trabalho de Thompson (1987).

Dito isso, podemos afirmar que, ao compartilhar normas e padrões de comportamentos, a ABT desenvolveu formas de capital social<sup>12</sup> com o qual pôde ser pensada a construção de arranjos institucionais para a resolução de problemas relacionados aos interesses comuns; neste caso, a busca por melhores condições de trabalho e vida para os trabalhadores tipógrafos. À medida que a ABT criou expectativas de confiança mútua, geradas a partir da capacidade de criar suas próprias regras e estabelecer o modo de vigilância e sanção das regras, acabou por constituir um fator chave de ajuda aos indivíduos (nesse caso, os trabalhadores) a resolver o problema da ação coletiva.

O modelo institucional característico da ABT nos possibilita pensar o campo dos comportamentos possíveis, ou mesmo prováveis, entre os agentes. Ao dotá-los de regras, de normas e de um repertório de “fórmulas compartilhadas”, com direitos e deveres, a ABT forneceria os meios necessários para projetar as decisões individuais, e assim ajuizar os resultados alcançados.

De acordo com Douglass North (1990), um sistema de crenças teria o papel de reduzir as divergências entre os indivíduos, onde as crenças seriam fundamentais para compreender a formação das instituições. A cultura seria um elemento aglutinador de compartilhar crenças dos indivíduos em um dado contexto histórico. A ABT ilustra claramente esta proposição – e tal fato possibilitou que se utilizasse seu arranjo institucional para gerar recursos estratégicos em prol da melhoria das condições sociais e trabalhistas dos seus associados.

Para Antônio Augusto P. Prates (1986), um sentimento de pertencimento a uma comunidade, partilhado por trabalhadores, definido como identidade própria, existe juntamente à orientação instrumental que conduz as atividades sociais e políticas no ambiente de trabalho e fora dele. Para o autor, “Este ‘coletivismo instrumental’ não decorre primeiramente de mudanças ocorridas na estrutura ocupacional, mas de dimensões sociais e culturais mais amplas da história de vida do trabalhador, definindo o seu mapa interpretativo”. (PRATES, 1986, p. 04).

Tal fato reforça o compromisso com organizações sindicais e mutuais, vistas como instrumentos de realização de interesses imediatos de nível individual ou de classe. Vale também ressaltar que a estrutura ocupacional pode ser tida como elemento-chave da formação de uma “consciência de classe” (neste caso a tipografia), onde o sindicato e as sociedades mutuais constituíam, pela sua posição estratégica, o canal “natural” de sua expressão.

Isso nos leva a crer que um dos pontos que unifica os trabalhadores, e lhe dá identidade de interesses e de classe, é sem dúvida a associação em sindicatos e/ou mutuais. Com base em objetivos comuns as categorias podem se unir em assembleias, dirigidas pelos sindicatos, e elaborarem pautas de reivindicações unificadas. E infelizmente, são esses interesses comuns, unidos em organizações, que estão em xeque com a chamada “reforma trabalhista” atual.



Por isso, o retorno ao passado se faz necessário, para que possamos entender a história de luta da classe trabalhadora, a fim de criar associações que zelassem pelos direitos dos proletários. O que nos une é a possibilidade de construção de uma sociedade mais digna e solidária. E isso não pode acabar.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade deste artigo foi, a partir da análise do caso da ABT, associação criada em Belo Horizonte no ano de 1900, compreender algumas das lutas que eram realizadas por associações trabalhistas, muitas das quais apresentavam estratégias de luta peculiares e diferenciadas. É importante salientar que desde a década de 1990, a historiografia sobre a temática dos mundos *do trabalho* redirecionou significativamente a visão sobre organizações e associações operárias de caráter instrumental, vistos na perspectiva marxista convencional como obstáculos à organização de classe. Agora, no novo cenário teórico, essas organizações passam a ser vistas como estratégias diferenciadas de ação coletiva.

As sociedades de auxílio mútuo funcionavam, sobretudo, como caixas de previdências para as quais os associados contribuía mensalmente com uma quantia previamente estabelecida em seus estatutos. Grande número delas exigia também uma taxa de adesão, de valor mais elevado, comumente chamada de joia. Os serviços prestados pelas sociedades mutualistas podiam ser bem amplos: desde uma remuneração para os dias parados nos momentos de doença, assistência médica, farmacêutica e jurídica, passando pela pensão por invalidez ao associado ou para seus dependentes em caso de morte, além do auxílio-funeral, herança das antigas irmandades religiosas. (CASTELLUCCI, 2014. p. 48-49).

Analisando a ABT, podemos identificar práticas comuns compartilhadas pelos membros da entidade. As manifestações plurais desempenhadas por este centro na cidade belorizontina, foram resultados de interações de experiências idênticas o que possibilitou na reflexão de pertencimento, por parte dos trabalhadores, a um mesmo grupo que almejava por melhores condições de trabalho e vivências.

Igualmente, os membros da ABT procuravam se associar a ela, visto que mantinha algumas características mutuais – cujos objetivos eram a arrecadação mensal financeira a fim de custear auxílios para sócios em caso de doença, invalidez, desemprego, funeral etc. e para zelar pelos interesses classistas –, a fim de fugir das mazelas que a velhice poderia vir a proporcionar e da pobreza, buscando nesta associação proteções assistenciais, até então inexistentes.

Desse modo, é importante ressaltar que os sócios da ABT (lideranças principalmente) dirigiam-se ao poder público da capital mineira com o intuito de concretizarem alguns objetivos, principalmente no que se refere à implementação de leis trabalhistas, além da possível inserção social e política ligados ao Estado. Este, na medida do possível, subvencionou o quanto pode essa associação, auxiliando-a com algumas concessões e procurou manter relações amistosas e de reciprocidade com essa entidade, no objetivo de manter a ordem e a harmonia tão preconizadas para a cidade capital.

Por fim, é importante afirmar que a “necessidade de acolhida”, a fim de terem resguardados alguns serviços de caráter “previdenciário”, não era o único intuito da associação. Havia um



duplo condicionante no movimento que levava os trabalhadores a se associarem. Em muitos casos, havia um misto de fatores relacionados às condições de vida, trabalho e luta, que se combinavam principalmente com a relação de construção de identidades. Nesse caso, como bem sinaliza Claudio Batalha (1991-1992), não há como separar o surgimento das primeiras associações mutualistas do processo de valorização e da visão positiva do trabalho, sendo que essas associações foram determinantes na definição de uma identidade da classe trabalhadora, ligada ao trabalho regular e à organização. Assim, podemos entender as sociedades mutualistas como espaços nos quais a classe trabalhadora também construiu e legitimou suas identidades socioculturais na mais longa duração.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BATALHA, Cláudio. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 02, n. 04, p. 12-22, ago./dez. 2010.

BATALHA, Cláudio. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 111-124, set. 1991/ago. 1992.

CASTELLUCCI, Aldrin. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930). In: BATALHA, Cláudio; CORD, Marcelo Mac (Org.). **Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos 19 e 20)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 47-82.

DUARTE, Renata Garcia Campos. *Fac et spera. pro nobis laboremus*: a ação da Associação Beneficente Tipográfica no movimento operário de Belo Horizonte (1900-1930). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 25, 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2009.

DUARTE, Renata Garcia Campos; PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. O jornal O Operário da Confederação Católica do Trabalho e as orientações para a educação dos trabalhadores de Belo Horizonte (1920-1930). **Revista Escrita da História**, v. 04, n. 08, p. 240-260, jul./dez. 2017.

DUTRA, Eliana de Freitas. **Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988.

ESTANQUE, Elísio. Ação coletiva, comunidade e movimentos sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 55, p. 85-111, nov. 1999.

HOBBSBAM, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JESUS, Ronaldo Pereira. Associativismo entre imigrantes portugueses no Rio de Janeiro imperial. In: BATALHA, Cláudio; CORD, Marcelo Mac (Org.). **Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos 19 e 20)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

JESUS, Ronaldo Pereira. **Visões da Monarquia: escravos, operários e abolicionismo na Corte**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

MHAB [Museu Histórico Abílio Barreto], Revista Comemorativa do Vigésimo Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1920) – Inventário Geral do Arquivo Privado Abílio Barreto.

MHAB [Museu Histórico Abílio Barreto], Revista da Associação Beneficente Tipográfica (1911) – Inventário Geral do Arquivo Privado Abílio Barreto.

MHAB [Museu Histórico Abílio Barreto]. Associações: 1898-1946. Inventário Geral do Arquivo Privado Abílio Barreto.

MHAB [Museu Histórico Abílio Barreto]. Gráfico Mineiro: Edição Comemorativa do Trigésimo Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1930) – Inventário Geral do Arquivo Privado Abílio Barreto.

MHAB [Museu Histórico Abílio Barreto]. Revista Comemorativa do 6º Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1906).

- MARTINS, Marcos Lobato. Eric Hobsbawm. In: LOPES, Marcos Antônio; MUNHOZ, Sidnei J. (Orgs.) **Historiadores de nosso tempo**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 55-75.
- MINAS GERAIS. Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1900.
- NORTH, Douglass. C. **Institutions, Institutional Change and Economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- OSTROM, Elinor; AHN, T. K. Una perspectiva del capital social desde las ciencias sociales y acción colectiva. **Revista Mexicana de Sociología**, Cidade do México, v. 65, n. 01, p. 155-233, 2003.
- PRATES, Antônio Augusto. Sindicato: organização e interesses na sociedade capitalista avançada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 01, n. 02, p. 01-17, 1986.
- PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. **Instituições sociais e a resolução do problema da ação coletiva: um estudo das associações trabalhistas de Belo Horizonte no início do século XX**. 2016. 157 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Belo Horizonte, 2016.
- TILLY, Charles. Contentious conversation. **Social Research**, Baltimore, v. 65, n. 03, p. 491-510, 1998.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. I, II, III.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. v. I.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Tradicion, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad pre industrial**. Barcelona: Critica, 1984.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O ethos mutualista: valores, costumes, festividades. In: BATALHA, Cláudio; CORD, Marcelo Mac (Org.). **Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos 19 e 20)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.